

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31/12/2019

As Notas Explicativas foram elaboradas com o objetivo de apresentar informações relevantes, evidenciando de forma analítica a situação patrimonial, a fim de tornar mais transparentes os dados contidos nos Balanços e Demonstrativos elaborados por essa Universidade, referentes ao exercício de 2019.

CONTEXTO OPERACIONAL

A Universidade Estadual de Campinas, criada pela Lei nº 7.655, de 28 de dezembro de 1962, alterada pelas Leis n.º 9.715, de 30 de janeiro de 1967 e 10.214, de 10 de setembro de 1968, com sede e foro na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, é uma entidade autárquica estadual de regime especial, com autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial. Constitui-se como uma entidade de direito público, regida pelo princípio da autonomia institucional, normativa, científica, pedagógica, metodológica, cultural, administrativa, financeira, disciplinar e de recursos orçamentários e patrimoniais, que tem por finalidade: ministrar o ensino universitário e pós-graduado; promover a pesquisa pura e aplicada; e formar e treinar técnicos de nível médio e superior.

Em 2019, a Universidade contava com 37.927 alunos matriculados em 66 cursos de graduação e 159 programas de pós-graduação e mais de 3.348 mil alunos matriculados em 36 cursos de ensino técnico, em seus campi de Campinas, Piracicaba e Limeira.

Os subsídios para a sua operação durante o exercício foram obtidos, principalmente, do Tesouro do Estado de São Paulo (em função do percentual de 2,1958% da arrecadação do ICMS, conforme Decreto nº 29.598 de 02 de fevereiro de 1989), de convênios com instituições nacionais e internacionais, além de receitas próprias da Universidade.

SISTEMA CONTÁBIL

A Universidade, enquanto autarquia pública do Estado de São Paulo, utiliza o Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios (SIAFEM) como sistema contábil.

O SIAFEM/SP é um sistema desenvolvido pelo Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO, baseado no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), customizado para atender aos estados e municípios. É utilizado para otimizar e uniformizar a execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil, de forma integrada, minimizando os custos, proporcionando maior transparência, eficiência e eficácia na gestão dos recursos públicos, facilitando assim a apreciação de contas do Governo pelos Órgãos de Controle Interno do Poder Executivo e de Controle Externo representados pela Assembleia Legislativa e Tribunal de Contas.

O SIAFEM/SP foi instituído pelo Decreto Estadual nº. 40.566 de 21 de dezembro de 1995 e possibilita processar, em tempo real, a execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil das entidades da Administração Estadual Direta e Indireta.

Desde 2014, o SIAFEM/SP passa por diversas atualizações para aderir ao novo Plano de Contas, Tabela de Eventos e Roteiros Contábeis, em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Conforme Decreto Estadual nº 60.812 de 30 de setembro de 2014 compete à Contadoria Geral do Estado (órgão integrante da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo) manter e aprimorar o SIAFEM/SP para a contabilização dos atos e fatos da gestão dos responsáveis pela execução orçamentária, financeira e patrimonial do Estado, além de coordenar, organizar, normatizar e orientar os serviços de contabilidade pertinentes aos órgãos e entidades da Administração Direta, Indireta e Fundacional do Estado.

Dessa forma, a Contabilidade da Universidade atende às normas e procedimentos contábeis alinhados às orientações da Contadoria Geral do Estado e aos recursos por ela disponibilizados, principalmente, através do SIAFEM/SP.

CRITÉRIOS NA ELABORAÇÃO DOS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância aos dispositivos legais que regulam o assunto, em especial à Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964, à Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, aos Princípios de Contabilidade, às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NCASP), ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 8ª edição (MCASP) e demais disposições normativas vigentes.

A partir do exercício de 2014, a Universidade, juntamente com o Estado de São Paulo, adotou o novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP e as novas Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público – DCASP, e vem implantando, desde então, alterações necessárias estabelecidas pelas portarias e orientações publicadas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

A Universidade ainda está trabalhando para atender a todos os procedimentos contábeis patrimoniais estabelecidos nessas normas, principalmente relativos à mensuração de todos os ativos (imobilizado e intangível: reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização); provisão de passivos; sistemas de custos; reconhecimento de toda a receita e despesa pelo princípio de competência. A partir de 2018, iniciamos os registros das depreciações dos bens incorporados.

Os valores são expressos em Real, moeda oficial do país, e não contemplam arredondamentos.

APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário previsto no art. 102 da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964 apresenta as receitas e despesas previstas, em confronto com as realizadas e apura as diferenças entre elas.

No exercício de 2019, a Receita Orçamentária total foi orçada em R\$ 1.023.242.929,00 e a Despesa Orçamentária total foi fixada em R\$ 3.017.838.183,00, conforme Lei Orçamentária Anual do Estado de São Paulo, Lei nº 16.923, de 07 de janeiro de 2019.

O equilíbrio entre Receitas e Despesas da Universidade ocorre quando considerado o repasse recebido do Tesouro do Estado na função Educação, tendo em vista que na função Saúde o repasse já ocorre como receita intraorçamentária, em atendimento a Lei Complementar 141/2012. Esse repasse é originário da Receita Tributária (ICMS), que é orçada para a Administração Direta.

A Universidade fechou o exercício com o orçamento atualizado de R\$ 3.125.001.142,00. Um aumento de R\$ 107.162.959,00 (3,55%) em relação à previsão inicial. Os créditos adicionais foram suportados pelo excesso de arrecadação no exercício e pela disponibilidade financeira acumulada em exercícios anteriores, apurada em Balanço Patrimonial e denominada Superávit Financeiro, este último no valor de R\$ 124.604.776,00, dos quais R\$ 123.266.155,65 foram utilizados.

Apuramos, no exercício, um saldo de dotação (diferença entre despesas previstas atualizadas e despesas empenhadas) de R\$ 71.746.354,00. Essa sobra se deu, principalmente, pela baixa realização da receita própria da Universidade em comparação com o que foi previsto.

A Universidade apresentou **Déficit Orçamentário** no exercício no valor de **R\$ 83.189.922,52** na comparação entre receitas realizadas e despesas empenhadas. Esse valor representa 2,72% do total das despesas empenhadas.

De acordo com as novas práticas contábeis, as receitas e as despesas foram demonstradas por grupo de natureza e fonte de recurso.

Utilizamos as seguintes fontes de recursos para as receitas e despesas orçamentárias:

- ✓ 1 - Recurso Tesouro – Função Educação (recursos referentes ao repasse da cota parte do ICMS);
- ✓ 2 - Recursos Vinculados Estaduais (Contribuição Complementação Aposentadoria / Pensões);
- ✓ 4 - Recursos Próprios (receita realizada pela Universidade, convênios estaduais, municipais e com instituições privadas);
- ✓ 5 - Recursos Vinculados do Governo Federal (convênios federais);
- ✓ 42 - Superávit Financeiro de Recursos Vinculados Estaduais;
- ✓ 44 - Superávit Financeiro de Recursos Próprios;

- ✓ 45 - Superávit Financeiro de Recursos Vinculados do Governo Federal; e
- ✓ 81 - Recurso Tesouro - Função Saúde (recursos referentes ao repasse da cota parte do ICMS).

Receita Intraorçamentária – Repasse do Tesouro do Estado na Função Saúde:

A partir de 2013, os repasses obrigatórios destinados à cobertura da função Saúde, no Estado de São Paulo, passaram a ser controlados pelo Fundo Estadual da Saúde (FUNDES), em atendimento à Lei Complementar nº 141 de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal de 1988, para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde.

Como consequência dessa nova dinâmica, a parte do repasse obrigatório destinado à saúde, recebido do Tesouro do Estado, passou a ser controlado por esse Fundo e repassado através de Receita Intraorçamentária pela Secretaria de Saúde do Estado. Importante destacar que o restante do repasse do Tesouro destinado à cobertura de gastos com a função Educação não é classificado como Receita Intraorçamentária.

Diante disso, o valor do Repasse Obrigatório do Tesouro foi separado nas demonstrações contábeis, de forma que a parcela destinada à Saúde é classificada como Receita Intraorçamentária e a parcela destinada à Educação é classificada como repasse.

A receita cujo repasse ocorre através do FUNDES é registrada pelo regime de Competência, enquanto o repasse é registrado pelo regime de Caixa, motivo pelo qual a Receita Intraorçamentária apresenta valor diferente do Repasse.

A partir de 2019, essa receita intraorçamentária também foi alocada em fonte de recurso específica, 81.

Seguem tabelas para elucidar o registro dos repasses Tesouro.

Receita Intraorçamentária, Função Saúde:

Discriminação	Valor (R\$)
Receita Realizada em 2019 = Despesa Empenhada 2019 (a)	417.521.784,31
Compensação Financeira por Cancelamento de Restos a Pagar (b)	1.024.869,25
Repasse Recebido em 2019, referente exercício de 2019 (c) = (a-b)	416.496.915,06

Total de Repasse recebido do Tesouro do Estado em 2018:

Discriminação	Valor (R\$)
Função Saúde	416.496.915,06
Função Educação	1.924.516.450,94
Total	2.341.013.366,00

O total das despesas empenhadas, porém não liquidadas, foi inscrito em Restos a Pagar Não Processados – R\$ 77.132.702,05 e as despesas liquidadas, mas não pagas, foram inscritas em Restos a Pagar Processados - R\$ 260.731.274,00. Importante salientar que Restos a Pagar foram inscritos observando a capacidade financeira necessária à sua efetiva cobertura.

Conforme Anexo 1 (Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Não Processados), em 31/12/2019, a Universidade possuía um saldo de R\$ 7.227.975,97 de Restos a Pagar Não Processados, anteriores ao exercício de 2019.

Conforme Anexo 2 (Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados), em 31/12/2019, a Universidade possuía um saldo de R\$ 142.717,70 de Restos a Pagar Liquidados/Processados, anteriores ao exercício de 2019.

Posição total de Restos a Pagar (Processados e Não Processados) em 31/12/2019 = R\$ 345.234.669,72.

BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro, previsto no art. 103 da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964, demonstra as receitas e as despesas orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie proveniente do exercício anterior e os que se transferem para o exercício

seguinte, sendo que as contas a pagar do exercício são computadas em Recebimentos Extraorçamentários, para compensar sua inclusão na Despesa Orçamentária (empenhada).

Receita Orçamentária: demonstra as receitas realizadas por origem/destinação do recurso, sendo dividida em:

- ✓ Ordinária:
 - Receita Própria.
- ✓ Vinculada:
 - Alienação de Bens / Ativos;
 - Complementação de Aposentadoria / Pensão;
 - Convênios Federais;
 - Educação (Outros Serviços Gerais); e
 - Saúde (Tesouro FUNDES, SUS/SP e Outros Serviços Saúde).

Transferências Financeiras Recebidas: os repasses obrigatórios por lei (cota parte do ICMS) referente à função Educação. Importante salientar que não está incluída a parte do repasse vinculada à Saúde – FUNDES, que está classificada como Receita Orçamentária.

Recebimentos Extraorçamentários: composto pelas contas cujos valores transitaram positivamente em contas do sistema financeiro. Consideram-se ainda os valores inscritos em restos a pagar, que, por força do parágrafo único do artigo 103 da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964, compõem esse grupo para fazer contrapartida aos valores empenhados na despesa; ingresso de recursos que se constituem obrigações relativas às consignações, depósitos de terceiros (cauções), provisões, dentre outros.

Despesa Orçamentária: demonstra a execução das despesas (empenhadas) por origem/destinação do recurso, sendo dividida em:

- ✓ Ordinária:
 - Receita Própria;
 - Repasse Tesouro (exceto FUNDES).
- ✓ Vinculada:
 - Alienação de Bens / Ativos;
 - Complementação de Aposentadoria / Pensão;
 - Convênios Federais;
 - Educação (Outros Serviços Gerais); e
 - Saúde (Tesouro FUNDES, SUS/SP e Outros Serviços Saúde).

Pagamentos Extraorçamentários: composto pelas contas cujos valores transitaram negativamente em contas do sistema financeiro. Nesse grupo são evidenciados os pagamentos que não precisam se submeter ao processo de execução orçamentária, tais como: os restos a pagar inscritos em exercícios anteriores e pagos no exercício corrente, os relativos a obrigações que representaram ingressos extraorçamentários, como a devolução de depósitos de terceiros (cauções), retorno da receita diferida, provisões, consignações, dentre outros.

Saldo em Espécie: compreende o somatório dos saldos das contas dos subgrupos Caixa, Equivalentes de Caixa e Depósitos de Terceiros (caução em pecúnia), que são efetivamente o saldo bancário da Universidade, inclusive em aplicações financeiras.

O **Resultado Financeiro** no exercício de 2019 apresenta **Déficit** no valor de **R\$ 81.601.195,34**, conforme quadro demonstrado a seguir (em R\$ 1):

Quadro de Composição do Resultado Financeiro

Discriminação	31/12/2019	31/12/2018
Resultado Orçamentário	- 2.007.706.373,46	- 1.940.994.533,47
Resultado de Transferências Financeiras	1.924.516.450,94	1.812.945.663,30
Resultado Extraorçamentário	1.588.727,18	3.667.098,32
(=) Resultado Financeiro	- 81.601.195,34	- 124.381.771,85
Saldo em Espécie do Exercício Anterior	612.697.326,23	737.079.098,08
Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte	531.096.130,89	612.697.326,23
(=) Resultado Financeiro	- 81.601.195,34	- 124.381.771,85

Demonstrativo da Evolução dos Saldos em Espécie

Exercício	Evolução do Saldo em Espécie	Variação % sobre Ano Anterior
2019	531.096.130,89	- 13,32%
2018	612.697.326,23	- 16,87%
2017	737.079.098,08	- 19,85%
2016	919.621.087,67	- 17,44%
2015	1.113.846.686,46	-

BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação que compreendem os atos que possam vir a afetar o patrimônio.

Composição do Balanço Patrimonial:

Ativo – está dividido em “Ativo Circulante” e “Ativo Não Circulante”. As contas do ativo são dispostas em ordem decrescente de grau de conversibilidade em espécie.

No Ativo Circulante, os subgrupos “Caixa e Equivalentes de Caixa” representam os valores disponíveis em bancos, de qualquer fonte de recurso, uma vez que, não possuímos dinheiro em espécie na Universidade. No subgrupo “Demais Créditos e Valores a Curto Prazo” registramos os valores de terceiros, extraorçamentários, como Cauções, que estão no banco, temporariamente, sob guarda da Universidade, além de valores a receber a curto prazo, derivado de ações judiciais. No subgrupo “Estoques” estão registrados os materiais próprios em Almoxarifado, contabilizados pelo preço médio ponderado das compras. Por fim, no subgrupo “Despesas Antecipadas” estão registradas despesas bancárias descontadas diretamente pelos bancos, sem que houvesse tempo hábil para a liquidação dessa despesa, dentro do exercício financeiro.

No Ativo Não Circulante, o subgrupo “Ativo Realizável a Longo Prazo” inclui o registro das ações julgadas, em fase de cumprimento de sentença, sob denominação “Outros Créditos a Receber a Longo Prazo” e ações ordinárias da CPFL Energia em “Títulos e Valores Mobiliários”, sendo que ambos os saldos foram atualizados em 31/12/2019. No subgrupo Investimentos, além de “Demais Investimentos Permanentes”, a partir de 2019, incluímos os imóveis pertencentes à Universidade que estão alugados a terceiros sob título “Demais Investimentos Permanentes”. O subgrupo “Imobilizado” é composto pelos demais imóveis próprios, registrados pelo valor de aquisição ou construção e que ainda não foram reavaliados. Por fim, no “Intangível” estão registrados os softwares adquiridos pela Universidade a partir de 2015 e que continuam em utilização, a seu custo de aquisição.

Os bens próprios incorporados a partir de janeiro/2018 foram depreciados pelo método da linha reta, também conhecido como cotas constantes, conforme Política de Bens Móveis aprovada pela Instrução 00002/CGE, de 07/02/2018, aplicando-se taxa de depreciação mensal apurada pela vida útil e deduzindo-se o valor residual.

O total dos Ativos da Universidade em 31/12/2019 é R\$ 1.965.541.335,67.

A Universidade não possui registro de valores em Dívida Ativa no exercício de 2019.

Passivo – está dividido em “Passivo Circulante” e “Passivo Não Circulante”. As contas do passivo são dispostas em ordem decrescente de grau de exigibilidade.

Os passivos foram lançados ao valor presente cujos saldos foram atualizados em 31/12/2019. Ainda não estamos registrando as provisões para férias e seus encargos.

Importante destacar que, dentro do Passivo, classificamos os valores de “precatórios judiciais”, atendendo ao princípio contábil da competência, separando-os em contas contábeis de curto e longo prazo, de acordo com sua exigibilidade, e por sua natureza, separando as Ações Trabalhistas das Ações Cíveis, conforme tabela abaixo:

Precatórios	Conta Contábil	Balço Patrimonial	Saldo em 31/12/2019
Apresentados após 1º de julho de 2017 até 1º de julho de 2018. Vencimento em 2019	218911501	Passivo Circulante: Outras Obrigações a Curto Prazo	R\$ 0,00 (totalmente pagos em 2019)
Apresentados após 1º de julho de 2018 até 1º de julho de 2019. Vencimento em 2020 Ações Trabalhistas	211110503	Passivo Circulante: Obrigações Trabalhistas; Precatórios – Ações Trabalhistas	R\$ 18.907.743,77
Apresentados após 1º de julho de 2018 até 1º de julho de 2019. Vencimento em 2020 Ações Cíveis	218911501	Passivo Circulante: Fornecedores e Contas a Pagar; Precatórios – Ações Cíveis	R\$ 6.410.834,50
Apresentados após 1º de julho de 2019 até o encerramento de 2019. Vencimento em 2021 Ações Trabalhistas	221110403	Passivo Não Circulante: Precatórios e Contas a Pagar	R\$ 1.238.814,88
Total de Precatórios			R\$ 26.557.393,15

Esclarecemos que a Universidade não possui precatórios vencidos. Os registros se referem a valores a vencer.

O total dos Passivos da Universidade em 31/12/2019 é R\$ 324.789.181,30.

Patrimônio Líquido – representa o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos. O “Patrimônio Social” corresponde ao “Saldo Patrimonial” apurado em 31/12/2013. Enquanto os “Resultados Acumulados” são formados pelos resultados obtidos a partir de 2014, quando houve inclusão do Grupo Patrimônio Líquido no Balço Patrimonial.

No exercício de 2019, os Resultados Acumulados somaram o valor de R\$ 149.785.016,14, sendo que o Resultado do Exercício de 2019, isoladamente, foi negativo em R\$ 5.308.790,06, conforme apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes: apresenta os ativos e passivos financeiros e permanentes, de acordo com o disposto no artigo 105 na Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964.

O “Saldo Patrimonial” apurado no exercício de 2019 (Ativo Financeiro + Ativo Permanente - Passivo Financeiro - Passivo Permanente) foi de R\$ 1.556.391.476,35, tendo em vista a inclusão dos Restos a Pagar Não Processados (R\$ 84.360.678,02) no Passivo Financeiro.

Observação: Com a adequação às Novas Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, a partir de 2014, os Restos a Pagar Não Processados não fazem parte do Passivo do Balço Patrimonial, que agora é dividido em Circulante e Não Circulante, porém, eles continuam sendo uma obrigação inclusa no Passivo Financeiro, para efeitos de cálculo do Saldo Patrimonial e Superávit/Déficit Financeiro.

Quadro das Contas de Compensação (controle): apresenta os atos potenciais do ativo e do passivo a executar, que potencialmente podem afetar o patrimônio da Universidade.

As “Contas de Compensação” compreendem os contratos vigentes, convênios, prêmios de seguros, materiais em consignação, cauções, comodato de bens e outros valores que possam vir a afetar o patrimônio da Universidade, sendo divididos em atos potenciais ativos e passivos.

Quadro do Superávit/Déficit Financeiro: apresenta o superávit/déficit financeiro, apurado conforme o parágrafo 2º do artigo 43 da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964.

O **Superávit Financeiro** apurado entre a diferença do Ativo Financeiro e do Passivo Financeiro representou o valor total de **R\$ 148.503.774,16**, no exercício de 2019, e foi dividido conforme a origem/destinação do recurso.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

De acordo com a Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964, art. 104, essa demonstração evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária e indicará o resultado



patrimonial do exercício, que influencia na evolução do patrimônio líquido de um período e demonstrado no Balanço Patrimonial.

Essas alterações, denominadas Variações Patrimoniais, podem ser classificadas em: quantitativas e qualitativas. As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido. Já as variações qualitativas são decorrentes de transações no setor público que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido. Apresentamos apenas as Variações Patrimoniais Quantitativas.

As Variações Patrimoniais Aumentativas somaram R\$ 3.088.368.271,80, enquanto as Variações Patrimoniais Diminutivas somaram R\$ 3.093.677.061,86, sendo o **Resultado Patrimonial** apurado no exercício de 2019 **deficitário em R\$ 5.308.790,06**.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é utilizada para caracterizar a movimentação de dinheiro nas contas bancárias do Poder Público, em termos de entradas (Ingressos) e saídas (Desembolsos). Sendo que as receitas foram classificadas por sua natureza/origem e os desembolsos por natureza/destinação e função: saúde e educação.

Essa demonstração foi elaborada através do método direto (procedimento contábil que evidencia as movimentações de itens de caixa e seus equivalentes, a partir das principais classes de recebimentos e pagamentos brutos), de acordo com a NBC TSP 11 e 12 (Norma Brasileira de Contabilidade – Setor Público).

O Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais (receitas e despesas correntes) foi negativo em R\$ 49.143.215,36 e o Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos (receitas e despesas de capital) foi negativo em R\$ 32.540.011,17.

A Universidade não possui Fluxo de Caixa de Atividades de Financiamento, tendo em vista que não obteve empréstimos, financiamentos ou outras operações de crédito.

Diante disso, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, no exercício de 2019, apurou a que a **Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa Total** foi **negativa em R\$ 81.683.226,53**.

OUTRAS INFORMAÇÕES

Essa Universidade não possui análise de empresa de auditoria independente.

Os registros contábeis estão sujeitos ao exame das autoridades competentes, durante os prazos prescricionais, conforme a legislação específica aplicável.

Campinas, 20 de março de 2020.

MICHELE GRAZIELA GASPARELLI
Contadora
CRC SP-245627/0-3

OSMAR FAGUNDES DE ALMEIDA
Coordenador da Divisão Financeira e Contábil

ANDREI VINICIUS GOMES NARCIZO
Diretor Geral de Administração

CLÁUDIA REGINA CAVAGLIERI
Diretora Executiva de Administração

MARCELO KNOBEL
Reitor